



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
DEPARTAMENTO DE LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE LETRAS/LIBRAS**

**IVANILSON DA COSTA SILVEIRA**

**ESCRITA DE SINAIS E PRÁTICAS DOCENTES: Relatos e experiências de  
professores no processo ensinar para alunos surdos**

**CARAÚBAS/RN  
2024**

**IVANILSON DA COSTA SILVEIRA**

**ESCRITA DE SINAIS E PRÁTICAS DOCENTES: Relatos e experiências de professores no processo ensinar para alunos surdos**

Monografia apresentada ao Conselho do Curso de Licenciatura Plena em Letras LIBRAS ofertado pela Universidade Federal Rural do Semiárido, como requisito do Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Maria Márcia Fernandes de Azevedo  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Mifra Angélica Chaves da Costa.

CARAÚBAS/RN  
2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S587e Silveira, Ivanilson da Costa.  
Escritas de sinais e práticas docentes:  
Relatos e experiências de professores no processo  
ensinar para alunos surdos / Ivanilson da Costa  
Silveira. - 2024.  
40 f. : il.

Orientadora: Maria Márcia Fernandes de Azevedo.  
Coorientadora: Mifra Angélica Chaves da Costa.  
Monografia (graduação) - Universidade Federal  
Rural do Semi-árido, Curso de Letras/Libras,  
2024.

1. Educação de Surdos. 2. Educação Bilíngue. 3.  
Libras. I. Azevedo, Maria Márcia Fernandes de,  
orient. II. Costa, Mifra Angélica Chaves da , co-  
orient. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade  
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Biblioteca Campus Caraúbas  
Bibliotecária: Dalvanira Brito Rodrigues  
CRB: 15/700

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

**IVANILSON DA COSTA SILVEIRA**

**ESCRITA DE SINAIS E PRÁTICAS DOCENTES: Relatos e experiências de professores no processo ensinar para alunos surdos**

Monografia apresentada ao Conselho do Curso de Licenciatura Plena em Letras LIBRAS ofertado pela Universidade Federal Rural do Semi Árido, como requisito do Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Maria Márcia Fernandes de Azevedo

Aprovado em: 16 de abril de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **MARIA MARCIA FERNANDES DE AZEVEDO**  
Data: 29/04/2024 21:07:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof<sup>a</sup>. Ma. Maria Márcia Fernandes de Azevedo (UFERSA)**  
**Presidente**

Documento assinado digitalmente  
 **MIFRA ANGELICA CHAVES DA COSTA**  
Data: 29/04/2024 21:03:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof<sup>a</sup>. Ma. Mifra Angélica Chaves da Costa (UFERSA)**  
**Membro examinador**

Documento assinado digitalmente  
 **FRANCISCO EBSON GOMES SOUSA**  
Data: 29/04/2024 21:01:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Me. Francisco Ebson Gomes Sousa (UFERSA)**  
**Membro examinador**

**CARAÚBAS/RN**  
**2024**

Dedicatória  
Dedico a Deus, e a minha família!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por sempre ter me orientado nos caminhos do bem, da perseverança, da fé e por me dar forças nos momentos incertos.

Em especial a minha mãe Maria de Fatima e minha tia Maria Jose que sempre me apoiou, muito obrigado pela compreensão, carinho e cuidado .

A minha orientadora Maria Márcia Fernandes de Azevedo que com paciência e dedicação me forneceu. orientação valiosas.

Agradeço a todos os professores do CAS que sempre me acolheram, me ajudaram.

A todos os professores da Universidade Federal Rural do Semi-Arido do Curso de Letras/Libras do campos de Caraúbas/Rn que contribuíram com minha formação.

Agradeço a todos os intérpretes de libras e tradutores que estiveram comigo nessa caminhada, me ajudaram,.

Grato a todos que me ajudaram de forma diretamente ou indiretamente.

“O poder de um povo está na mente, é a chave que abre essa prisão, é a luz que aponta a direção pra seguir por qualquer estrada escura. Um país desnutrido de leitura só se salva comendo educação.” Bráulio Bessa

## RESUMO

Desenvolver um trabalho de pesquisa educação de surdos se constituiu em um desafio, pois a problemática: em que medida a prática docente possibilita o direito de uma educação bilíngue e a aprendizagem através da língua de sinais para o aluno surdo? Revelou-se como sendo a grande interrogação dos professores desde os anos iniciais do ensino. A razão pode estar nas políticas públicas que só recentemente estão mais comprometidas com a educação dos surdos. Assim, analisar refletir práticas docentes na trajetória do processo de educação dos surdos, tornou-se o objetivo geral. Para alcançá-lo, a revisão de literatura baseou-se nas leis e em autores como: SOARES (1999), Alves (2009) e Chaveiro (2014). O objetivo específico foi investigar a prática dos professores de Libras, assim como a prática docente da escrita de sinais para alunos surdos. Metodologicamente, a pesquisa de caráter exploratório, teve um levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas, com cinco professores com vivência no problema investigado. A coleta de dados foi dedutiva e, para facilitar a apresentação dos resultados, os dados coletados foram tratados e apresentados em recortes. Naquilo que se refere aos dados obtidos a partir das narrativas dos entrevistados, obteve-se que do ponto de vista pessoal, social e educacional o problema da deficiência na educação de surdos está diretamente ligado a falta de conhecimento sobre metodologias de ensino para surdos e do pouco número de profissionais que atuam nesta área. Ressalte-se que no papel, a base legal contempla o para todos, contudo é na prática que a desigualdade fica visível.

**Palavras chave:** Educação de Surdos. Educação Bilíngue. Libras

## **ABSTRACT**

Developing research work on deaf education was a challenge, as the problem was: to what extent does teaching practice enable the right to bilingual education and learning through sign language for deaf students? It proved to be the biggest question for teachers from the early years of teaching. The reason may lie in public policies that are only recently more committed to deaf education. Thus, analyzing the reflection of teaching practices in the trajectory of the deaf education process became the general objective. To achieve this, the literature review is based on laws and authors such as: Soares (1999), Alves (2009), and Chaveiro (2014). The specific objective was to investigate the practice of Libras teachers and the teaching practice of sign writing for deaf students. Methodologically, the exploratory research involved a bibliographic survey and semi-structured interviews, with five teachers with experience in the problem investigated. Data collection was deductive and, to facilitate the presentation of results, the collected data were processed and presented in sections. Regarding the data obtained from the interviewees' narratives, it is observed that from a personal, social, and educational point of view, the problem of disability in deaf education is linked directly to the lack of knowledge about teaching methodologies for the deaf people and the few professionals working in this area. It should be noted that on paper, the legal basis covers everyone, but it is in practice that inequality becomes visible.

**Keywords:** Deaf Education. Bilingual Education. Libras.

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                     |           |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                              | <b>10</b> |
| <b>2</b> | <b>UM PASSEIO PELA HISTÓRIA E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DOS SURDOS.....</b>                          | <b>13</b> |
| 2.1      | UMA SÍNTESE DA HISTÓRIA DA PESSOA SURDA NO MUNDO E BRASIL.....                                      | 13        |
| 2.2      | AS LEIS DE INCLUSÃO E A LONGA DISTÂNCIA PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA.....                              | 16        |
| <b>3</b> | <b>A CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM DO SURDO NA PERSPECTIVA DA PESSOA SURDA.....</b>                    | <b>20</b> |
| 3.1      | DA ESCOLA A UNIVERSIDADE: aprendizagem e dificuldades no caminho percorrido, o meu.....             | 20        |
| 3.2      | A TAREFA DE INCLUIR COM PROFESSORES PREPARADOS E NÃO.....                                           | 22        |
| 3.3      | A ESCRITA DE SINAIS NA PRÁTICA DOCENTE: um resumo do seu percurso até o curso de Letras-Libras..... | 26        |
| <b>4</b> | <b>ALGUMAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A ESCRITA DE SINAIS.....</b>                                        | <b>28</b> |
| 4.1      | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: entrevistas semi-dirigidas....                                         | 28        |
| 4.2      | A NARRATIVA DOS INVESTIGADOS.....                                                                   | 29        |
| 4.3      | RESULTADOS.....                                                                                     | 33        |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                    | <b>36</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                             | <b>38</b> |
|          | <b>ANEXOS.....</b>                                                                                  | <b>40</b> |
|          | ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO.....                                                               | 41        |
|          | ANEXO B – INSTRUMENTO DE PESQUISA.....                                                              | 42        |

## 1 INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa está vinculado aos desafios de ser surdo numa escola regular, um processo já diverso que aumenta sua dimensão quando se tem nessa diversidade pessoas surdas.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional (Nº 9394/96) estabelece que as escolas cumpram o processo de inclusão de todos os alunos com deficiência em escolas públicas em turmas regulares. (BRASIL, 1996). Foi nesse contexto, que surge a lei 10.436 de 2002, que oficializa a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e garante sua oferta para as pessoas surdas, se constituindo, dessa maneira numa educação bilíngue, ressalte-se que o ensino da língua portuguesa prevalece em sua modalidade escrita. (BRASIL, 2002).

Considerando-se a teoria da lei, a amplitude e estabelecimento é bem clara, no entanto, essa efetivação tem provocado uma série de problemas uma vez que a quantidade de profissionais aptos não atende a demanda o que deixa visível as dificuldades para compreender e acompanhar o aluno surdo e ainda que haja esforço, a exclusão em sala se estabelece e é uma realidade.

A mola propulsora dessa pesquisa foram as entrevistas de práticas docentes focadas no trabalho com Libras, a partir delas a teoria a ser pesquisada se organizou. sabe-se que o sistema de ensino como um todo já tem um quadro bem deficitário, no entanto esse trabalho não é uma missão impossível, uma vez que existem vários relatos de sucesso. É nesse foco que se percebe a originalidade e importância do tema, que mesmo sendo bem discutido e dispensando qualquer informação ainda precisa de cuidados e olhares de afeto. É sob esse olhar que o tema desperta o interesse e a pesquisa visou se erguer, visto que, ele é o que melhor apresenta possibilidades de identificação com o pesquisador e, conseqüentemente, trouxe real interesse na sua execução.

Ao se viver e conviver com problemas de aprendizagem tem-se a exata ideia do que significa a palavra inclusão e sua definição, assim como fica ciente que quando se refere ao verbo incluir a palavra “todos”, não se iguala a “sem exceção”, pelo menos no que diz respeito a escolas, ensino e aprendizagem. Por essa ideia tem-se a compreensão das dificuldades para a penas executar o que a lei determina. Atuar diretamente nessa questão tem sido uma batalha para a família, o surdo, a escola e todos os ambientes nos quais ele precisa estar. Muitas questões podem interferir

positiva e/ou negativamente nesse contexto. Entre tantas que trazem negatividade podem ser citadas: a falta de conhecimento e de experiências concretas de inclusão, a condição de obrigatoriedade que a lei impõe e a resistência a língua de sinais. Visto que é quase geral achar “bonito” entender um pouco, contudo, o trabalho docente exige muito, pede tempo, o que torna a língua de sinais um desafio ao já desafiador processo de aprendizagem. Hipóteses como essas podem contribuir ainda mais para a exclusão do que para a inclusão.

A problemática, levanta a seguinte hipótese: se existem escolas ditas inclusivas, com alunos ouvintes e surdos, sabendo-se que as propostas de ensino cuidam de todas as nuances para a formação do educando, ainda que, esse sujeito tenha surdez ou limitação auditiva e é certo que ele pode aprender como qualquer outro. Questiona-se: em que medida a prática docente possibilita o direito de uma educação bilíngue e a aprendizagem através da língua de sinais para o aluno surdo?

Diante do problematizado, objetivou-se analisar refletir práticas docentes na trajetória do processo de educação dos surdos. Para tanto, se fez necessário uma construção histórica, através de revisão literatura, cuja base além das leis, esteve em autores como: Soares (1999), Alves (2009) e Chaveiro (2014). Colaborou também para esse trabalho a estratégia metodológica de realizar entrevistas para investigar a prática dos professores de Libras para alunos surdos. Objetivou-se ainda avaliar os resultados dessas entrevistas fazendo uma reflexão crítica dos resultados obtidos. Essa discussão se fez necessário em função da vivência e do contexto social desse pesquisador.

Pensando num contexto social, essa temática é muito pertinente na atualidade, visto que os surdos continuam chegando em outros níveis de ensino, com pouco conhecimento em libras e em língua portuguesa,

Como se percebe, não se trata de um tema inédito, contudo a sua necessidade de ser pesquisado continua urgente. Não do ponto de vista da legalidade, pois a lei está bem relatada, mas fundamentalmente, naquilo que se refere a prática docente, nesse sentido, a comprovação desse estudo é praticamente indispensável e obrigatória.

A metodologia escolhida para tentar fazer uma detalhada explicação dessa pesquisa foi de base exploratória Gil (2002), e de acordo com ele, teve questionários compostos por perguntas abertas. A população participante totalizou cinco professores com experiência de ensinar a alunos surdos.

De maneira geral, questionou-se em dez perguntas a experiência e metodologias praticadas. Tendo em vista a quantidade de perguntas, os dados coletados foram tratados e apresentados em recortes. A pretensão foi focar principalmente na obtenção de ideias, raciocínio e motivações para o uso adequado ou não da língua de sinais. Para que fosse algo mais aprofundado, os recortes da pesquisa procuram destacar as ideias dos entrevistados, no texto, estes aparecerão em negrito e separado, os professores foram identificados pela letra “P” sendo o número que acompanha a letra o diferenciador dos sujeitos pesquisados.

Os capítulos em sua sequência numérica estão assim definidos: no primeiro a introdução que reproduz a linha de pesquisa seguida. No segundo, exclusivamente de base teórica, traz uma abordagem histórica, um passeio pela história e a legislação da pessoa surda. O terceiro, se caracteriza pela construção da aprendizagem do surdo na perspectiva da pessoa surda. O quarto, traz os procedimentos metodológicos e a discussão dos resultados das narrativas dos entrevistados. Encerrando esse trabalho, o quinto traz as considerações finais.

A expectativa, é a de que essa reflexão tenha conseguido apresentar a trajetória do processo de inclusão dos surdos.

## 2 UM PASSEIO PELA HISTÓRIA E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DOS SURDOS

### 2.1 UMA SINTESE DA HISTÓRIA DA PESSOA SURDA NO MUNDO E BRASIL

A história mostra que as pessoas que possuíam alguma deficiência eram excluídas da sociedade. Na idade média, por exemplo, ao surdo não era dado os mesmos direitos civis que as demais pessoas e a vida em sociedade praticamente não existia. Por muito tempo predominou a ideia da pouca importância social da pessoa surda. Entre outras proibições, por exemplo, estão leis que proibiam os surdos de receberem heranças, de votar, não se admitia o casamento entre eles, e enfim, de todos os direitos como cidadãos. (SOARES, 1999).

Ainda segundo a autora, essa situação preconceituosa continuou até os tempos modernos, com o surgimento de alguns estudos experimentais de pessoas que se preocuparam em acolher a necessidade do surdo. Nesse período destaca-se Girolamo Cardano, médico que tinha um filho surdo. Ele passou a investigar a inteligência da pessoa com surdez, pois acreditava que a surdez do filho não o impedia de aprender e que o surdo poderia ser um ser muito inteligente. Mas, para isso deveria ser educado. (1999).

No século XVI, Cardano já havia comprovado que a surdez não alterava a inteligência e que, portanto, o surdo era capaz de aprender, afirmando ainda, que:

[...] “a melhor forma para ensiná-lo seria através da leitura e da escrita”. Entretanto, é possível perceber que o ensino através da leitura e da escrita, que foi utilizado na educação de surdos, nessa época, não tinha correspondência com a instrução tal qual era seu significado na educação dos sujeitos sem deficiência. (SOARES, 1999, p.37).

Ele compreendia que os surdos precisavam ser alfabetizados, mas entendia que era um trabalho muito complicado, no entanto não impossível, pois todos poderiam expressar seus sentimentos através de gestos e palavras e este deveria ser o caminho para a escolarização dos surdos. (SOARES, 1999).

Existe a ideia de que a questão da aceitação da pessoa com deficiência é uma história recente, mas as leituras realizadas apontam que essa é uma realidade antiga. Nesse contexto, volta-se um pouco na história para dar alguns detalhes desse caminho.

Na Grécia Antiga, quem tinha surdez não era considerado humano hábil, pois, para os gregos, sem fala, não havia linguagem e nem conhecimento, por isso os surdos eram marginalizados publicamente. Na Roma Antiga, os surdos também eram privados de seus direitos e não podiam fazer seus testamentos. Outra informação importante da Idade Média, é que até o século XII, a Igreja Católica defendia que a alma dos surdos não era imortal, tal qual a das pessoas ouvintes. Eles tinham as pessoas surdas como hereges e pecadoras, pois essas pessoas não podiam falar os sacramentos. (SOARES,1999).

As contribuições importantes em defesa da pessoa surda ocorreram somente na Idade Moderna. Foi nessa época que surgiu o primeiro professor de surdos: Pedro Ponce de León, um monge beneditino nascido na Espanha. Esse monge ensinava seus alunos surdos a falar, ler e escrever para que eles pudessem receber suas heranças, esse seu trabalho foi muito importante, pois mostrou que os surdos eram capazes de aprender. Dessa forma o monge beneditino conseguiu criar um manual que ensinava escrita e técnicas de oralização, sendo capaz de ensinar surdos a se comunicarem em diferentes idiomas. (GOLDFELD, 1997).

Outras colaborações importantes, para a aceitação da pessoa surda foram dadas por Juan Pablo Bonet e por John Bulwer. Por exemplo, Bulwer é considerado um dos primeiros a defender o uso de sinais gestuais para a criação de uma língua para surdos.

No entanto, o grande destaque no desenvolvimento de uma língua de surdos merece ser dado ao do professor francês Charles-Michel de l'Épée. Ele era um padre francês que se dedicou a educação dos surdos. Ainda que, a ideia de poder educar os surdos fosse apenas pelos princípios do cristianismo, numa tentativa de salvar a alma dessas pessoas, não se pode negar sua contribuição.

Muitos teóricos e especialistas do tema dão o chamam de pai dos surdos e afirmam que ele foi o primeiro a criar, na segunda metade do século XVIII, uma escola para surdos e nela, um alfabeto de sinais para o processo de alfabetização dessas pessoas. (STROBEL, 2009).

Aqui no Brasil a história do surgimento de uma escola voltada para a educação dos surdos, tem seu começo no Segundo Império. D. Pedro II convidou um professor francês chamado Ernest Huet para criar a primeira escola para educação de surdos, no ano de 1855. Na época, recebeu o nome de Imperial Instituto de Surdos-Mudos, e mesmo que esse instituto tenha sido legalizado pela Lei/839, de 26 de setembro de

1857, o professor francês, que também era surdo, abandonou tudo, indo embora para o México em 1861.

Vale ressaltar que esse instituto, funcionava em regime de internato e era apenas para alunos do sexo masculino e, ainda que não fosse a escola ideal para os surdos, o começo estava estabelecido e a ajuda de Huet trazendo a língua de sinais francesa para o Brasil, criava a base para a criação da língua de sinais nacional.

Por volta de 1880, a educação dos surdos deu um passo para trás uma decisão tomada no Congresso de Milão, determinou a proibição, na Europa, do uso de sinais e determinou que a educação de surdos deveria acontecer apenas por meio da oralização. Tal atitude prejudicou também a educação de surdos no Brasil. Assim, foi proibida a utilização de sinais e determinado que a educação seria baseada na oralização. (STROBEL, 2009).

Três décadas depois, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (antigo Imperial Instituto de Surdos-Mudos), atualmente Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), decidiu adotar a determinação do Congresso de Milão acatando também que o oralismo puro deveria ser a única forma de educação dos surdos no país. Mesmo assim, a utilização de sinais na educação de surdos continuou sendo usada, pois havia ampla resistência dos alunos surdos ao oralismo puro.

No final da década de 1970, mudanças começaram a acontecer e a educação dos surdos passou a ser por meio da língua de sinais, da linguagem oral e outros métodos que facilitavam a comunicação. Depois disso, grupos de defesa da comunidade surda passaram a se organizar e exigir políticas públicas políticas de inclusão.

Considera-se esse período os primeiros passos para que a língua de sinais fosse aceita como uma língua nacional. Essa mobilização para dar garantias dos direitos dos surdos no Brasil resultou em uma primeira grande conquista, na Constituição de 1988, está garantida a educação como um direito de todos e também dá direito a atendimento educacional especializado na rede regular de ensino. (LOPES, 2013).

Por volta de 1991, a Lei Estadual 10.379, 10 de Janeiro de 1991- Minas Gerais. Reconhece oficialmente, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras. Outros avanços foram garantidos:

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (Lei nº 9.394/96), e da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. A Libras, porém, só foi reconhecida como língua a partir da citada Lei nº 10.436, que determinou o seguinte: Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (MONTEIRO, 2006, p. 295).

O conjunto de leis reforçadas pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, impulsionou os avanços na inclusão da comunidade surda, tendo em vista consolidou Libras também como parte da formação dos professores, que podiam a partir de então, atender esse público como especialistas.

Atualmente, ainda não dá para considerar equidade na educação, pois o processo de inclusão ainda tem muito o que caminhar. Contudo, os surdos utilizam a Libras uma língua tão rica como a portuguesa e, a visão da pessoa surda nem de longe lembra o que historicamente foi aqui apresentado. Comprovadamente, os surdos são capazes de mostrar que pensam, sentem e agem, entretanto, o preconceito ainda existe.

## 2.2 AS LEIS DE INCLUSÃO E A LONGA DISTÂNCIA PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

A Inclusão social é um tema que vem sendo discutido no mundo inteiro, principalmente no contexto educacional, em que as políticas públicas defendem que a educação das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas seja incluída no sistema regular de ensino, exigindo profissionais qualificados no meio educacional e social, fazendo-se necessário que a sociedade se transforme e se adapte, em todos os seus aspectos, para que todos tenham oportunidades de acesso a uma educação de qualidade.

Dessa forma, a palavra Inclusão visa uma maior perspectiva, a de buscar meios de inserir todas as crianças na escola, dando a oportunidade de uma educação de qualidade sem se importar com suas diferenças. A inclusão é um dos obstáculos enfrentados pelo o sistema educacional, visto que as diferenças sociais é um dos fatores que impedem as pessoas com necessidades específicas de terem acesso à

educação. É por todo esse contexto que as leis precisam não somente serem elaboradas, mas de serem exigidas sua execução.

Nesse sentido, a compreensão do que propõe esse estudo, por sua importância social, passa, impreterivelmente pelas conquistas legais e, conseqüentemente pelo que diz a lei, o que ela estabelece e o que de fato está em vigor. Abre-se, um parêntese e para destacar um ganho nessa causa: O Dia Nacional do Surdo, que desde 2008, é comemorado no dia 26 de setembro. Essa data, muito mais do que uma homenagem simboliza a luta e a conquista de todos surdos por seus direitos e uma inclusão digna. O mês de setembro também traz uma simbologia, ele reporta a criação da fundação do INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, em 1857. Muito mais do que uma data nesse mês a comunidade surda aproveita para lembrar da necessidade de criação de escolas bilíngues: Língua Brasileira de Sinais - Libras e a Língua Portuguesa. Diante desse contexto, salienta-se que a escola ainda está distante da igualdade.

Devidamente destacada essa conquista, apresenta-se pontos essenciais que a determinaram. Dessa forma, expõe-se que na Constituição Federal:

Art. 208: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VII - § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo;

Art. 27: II § 1º criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (BRASIL, 1998).

A Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, (9.394/96) preconiza que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

Ainda nessa direção:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

Pelo que leigamente se observa, a legislação brasileira é bem moderna e pode se dizer que está atualizada naquilo que se refere a oferta da Educação Especial, pois a redação dos artigos indica a educação como um direito de todos, porém quando se trata da educação inclusiva, a caminhada para educação com o direito de todos está apenas começando. Necessitando, portanto, de mais estudo e mais profissionais especializados para um trabalho de qualidade. Nessa perspectiva, a realidade dos alunos surdos apresenta-se com poucas escolas com interprete ou instrutor de Libras e ainda que a lei determine a obrigação do suporte para esses alunos, de fato essa realidade não se constitui eficaz, essencialmente na rede particular de ensino, visto que na pública o quadro é um pouco mais favorável ao aluno surdo.

Quanto aos professores, de uma maneira geral não estão capacitados ao trabalho inclusivo como um todo, poucos buscam especializar-se nessa área e, dada a existência de um auxiliar para acompanhar esses alunos, acabam transferindo para o auxiliar toda a responsabilidade do aprendizado do aluno surdo.

Legalmente a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146/15, estabelece que:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover,

em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015).

Como se percebe a lei determina, no entanto entre a teoria e a prática permanece uma distância considerável, bem como uma confusão no conceito de incluir. Inclusão implica em não apenas trazer a pessoa com deficiência para sala de aula, mas, e principalmente, que os professores recebam preparação apropriada para a formação inicial e para o desenvolvimento contínuo, que a escola tenha recursos físicos e materiais adequados e que haja flexibilidade na construção da proposta pedagógica para que a inclusão seja natural e não adaptada. Somente nessa perspectiva para responder as questões inclusivas e definitivamente atender a ampla necessidade e que os alunos sejam compreendidos em suas diferenças e a sala de aula comum atenda a esse conceito. Nesse contexto,

[...]é preciso estruturar a mudança da escola levando em conta, o currículo, os processos avaliativos, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre os agrupamentos destes nas salas de aula, a pedagogia e as práticas docentes. (RICOY, 2009, p.1).

Isso significa dizer que mesmo que a inclusão seja um cenário visto na realidade educacional nacional, a luta para que ela seja um processo natural parece estar longe da batalha final. Em referência a Educação dos Surdos tem-se a aprovação da Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que além da acessibilidade das pessoas com deficiências, versa sobre a oficialização da LIBRAS. E ainda, a Lei 10.436 de 24 de abril 2002 e o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que vieram regulamentar as leis citadas anteriormente. Essa base legal promoveu um avanço na educação dos surdos, oficializando LIBRAS, sua língua materna, a inclusão em salas de aulas regulares e o apoio do profissional na comunicação entre surdos e ouvintes. Nesse contexto, destaca-se o bilinguismo como a real oportunidade de inclusão de alunos surdos em sala de aula. No entanto, as pessoas surdas têm tido acesso à língua de sinais brasileira tardiamente e este encontro precisa acontecer ainda na infância, visto que ele representa o encontro com o mundo, pois se constitui importante passo para a sua formação.

### **3 A CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM DO SURDO NA PERSPECTIVA DA PESSOA SURDA**

#### **3.1 DA ESCOLA A UNIVERSIDADE: aprendizagem e dificuldades no caminho percorrido, o meu**

Nasci surdo, com perda auditiva profunda bilateral, numa família de ouvintes, mas como as demais crianças também iniciei minha vida escolar com 7 anos de idade na Escola Santa Elisabete. Uma escola Filantrópica, bastante conhecida na cidade de Mossoró-RN, por entender a diversidade das crianças. A turma era formada por alunos ouvintes, somente eu com surdez.

Apesar de aceito na turma, as dificuldades não demoraram a aparecer. A professora não sabia Libras, mesmo assim, ela tentava se comunicar comigo através de gestos. Não foi um início fácil. Não havia interprete na escola, o que tornava muito difícil entender as atividades propostas. Nessa época, quase nada aprendi.

Anos depois, minha mãe soube da existência de uma escola onde outros surdos estavam matriculados, procurou o endereço e foi lá fazer uma visita para pegar informações. Era a Escola Estadual Associação de Normalista, de onde saiu tendo me matriculado. Na entrevista a minha mãe informou a escola que eu era surdo com diagnóstico e não alfabetizado.

No início os professores tentaram me fazer falar, mostrava palavras e pedia para eu repetir, eu entendia que eles queriam que eu falasse aquela palavra, mas eu não conseguia falar, uma vez que eu não ouvia nada, não desenvolvi oralidade.

Na turma tinha alunos ouvintes e surdos. Foi nessa escola que me ensinaram português visual para aprender escrever. A metodologia era seguinte: eles utilizavam as imagens e me ensinavam os sinais. Ainda não era a libras a língua ensinada.

Nessa minha trajetória em busca de querer aprender para melhorar a comunicação e interação social e me desenvolver nos estudos, iniciei as aulas de Língua de Sinais no Centro Regional de Educação Especial de Mossoró (CREEMOS), foi nesse lugar que comecei aprender Libras.

No período 2000 a 2004 concluí o ensino fundamental na Escola Estadual Associação de Normalista, sendo que o ensino não era seriado, mas realizado por níveis e ciclo de estudos.

No ano seguinte, fui matriculado no CEJA Professor Alfredo Simonetti, um centro para a educação de jovens e adultos, para estudar no ensino fundamental II. Não foram anos fáceis, tive que enfrentar muitas dificuldades, mas meu sonho de concluir e chegar um dia a universidade era combustível para me fortalecer e não desistir. Não conseguia me ver sem estudar, mas a realidade vivida era desestimuladora. Não havia interprete na escola, os professores não conheciam Libras, não sabia escrita de sinais e mesmo sabendo que na turma tinha um aluno surdo, não colaboravam o suficiente para que eu conseguisse algum resultado.

Nessa turma a maioria dos alunos eram ouvintes, a aula era essencialmente oral, o que me levava de volta a mesma realidade da Santa Elizabete. Ou seja, não ouvia, conseqüentemente, não conseguia entender. Na turma também estava matriculado o Romário que eu já conhecia do CAS, ele ouvia um pouco, se tornou meu interprete. Todos os conteúdos das aulas ele me repassava em Libras, me ajudava continuamente. Mas, em alguns conteúdos e atividades precisei da orientação e explicação mais claras, nessas ocasiões socorriam-me os professores do CAS. O CAS é a Antiga Associação de Normalistas.

Em 2007 consegui concluir o ensino fundamental II. E o meu sonho está cada vez mais perto. Me matriculei na mesma escola para fazer o Ensino Médio que conclui no ano de 2009. A escola nesse período continuava sem interprete e o amigo Romário, que também estava matriculado na mesma turma continuava na função de me ajudar ensinando em Libras os conteúdos. No nível médio a estratégia de buscar orientação explicação dos professores do CAS continuou funcionando. Lá sempre encontrei o apoio que faltava na escola regular. O Centro sempre disponibilizou alguém para explicar o conteúdo ou as atividades em escrita de sinais e libras.

Alguns anos se passaram continuei acreditando e buscando conhecimentos, são muitos os desafios para o surdo, e estes não são somente em relação a língua oral e a língua escrita, que por si só já é um desafio. É desafiador aprender novas palavras, significados de vocábulos e contextos inserido e muitos conceitos relacionados aos conteúdos o que torna a aquisição do conhecimento uma tarefa muito complicada.

Em 2016 fiz meu primeiro vestibular em Pombal-Pb, não fui aprovado. Em 2017 me matriculei no cursinho para o Enem na Dired, as aulas eram nos sábados à tarde, e disponibilizavam interprete de Libras. Nesse mesmo ano fiz o Enem e com as notas me inscrevi no Sistema de Seleção Unificada - SISU. Em 2018, conseguir classificar

conseguindo uma vaga na Ufersa em Caraúbas, no Curso de Letras/Libras licenciatura, fiquei muito feliz. As aulas são presenciais, é em outra cidade, o que representa uma dificuldade, mas na universidade tem tradutores e interpretes fluentes que dominam os temas, e alguns professores das disciplinas que ministram aulas em Libras. Um verdadeiro retrato de uma sala de aula inclusiva.

Em 2019 sofri um acidente que deixou sequelas no meu joelho, os professores de disciplinas que eu cursava naquele período vieram até minha casa para aplicar atividade. Os professores eram fluentes em libras e escrita de sinais e muito comprometidos com a luta da inclusão, visto que não mediram esforços para que eu continuasse.

Em 2020 as aulas passaram a ser online devido o período da pandemia da covid-19 que assolava o mundo inteiro. Como agravante nessa caminhada, passei por um período de depressão, mas o apoio e cuidado da minha família foi fundamental para contornar mais essa situação. Ressalvo que embora eles não saibam libras sempre me apoiaram.

Hoje sou aluno formando, até aqui também o Senhor me ajudou!

### 3.2 A TAREFA DE INCLUIR COM PROFESSORES PREPARADOS OU NÃO

Para obter sucesso na questão da inclusão escolar, o corpo docente precisa atualizar-se acerca do tema e buscar possibilidades no sentido de desenvolver ainda mais o assunto no dia-a-dia da educação. Quando o professor passar a ter essa preocupação, poderá conduzir sua turma de modo democrático, onde todos possam participar do processo de ensino e aprendizagem sem nenhuma forma de empecilhos.

Sabemos, no entanto, que a tarefa de fazer a inclusão acontecer não é fácil, existem dificuldades que precisam ser superadas, mas se houver esforço e dedicação por parte dos profissionais que fazem a educação, o ambiente educacional será um lugar inclusivo. Nesse sentido Veltrone e Mendes (2204), dissertando acerca da formação de professores na inclusão escolar, dizem que:

A educação é feita de paradigmas, ou seja, modos de conceber e compreender a realidade. Atualmente, o mais novo paradigma educacional é a inclusão escolar, que defende a escola regular como espaço educacional de todos os alunos. Nasceu para se contrapor ao paradigma da exclusão escolar, em que alguns alunos eram segregados da escola regular por apresentarem características diferentes das esperadas pela instituição

escolar. Nesta perspectiva, a escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar. Ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos. Os alunos não devem mais ficar de “fora da escola” e mais do que isso, não devem mais ser segregados em espaços escolares diferenciados ou mesmo excluídos dentro da classe comum. (VELTRONE e MENDES, 2004, p. 2).

Nesse contexto, todos devem trabalhar no sentido de promover e fazer acontecer a inclusão escolar, os gestores precisam fortalecer o estudo sobre a temática, promovendo capacitações e formação continuada no sentido de tornar o corpo docente mais apto a lidar com a nova realidade. Os professores devem buscar novos cursos no sentido de uma melhor qualificação profissional, pois a temática exige deles isso.

O mundo estar em constante desenvolvimento tecnológico, e essa pode ser uma ferramenta que o professor deve utilizar para se apropriar de mais conhecimento e até mesmo trocar experiências com profissionais de lugares distantes por meio da internet, e até mesmo buscar uma formação nos cursos oferecidos no caráter à distância por meio da web. Nesse sentido, ressalta-se:

Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática. (VELTRONE; MENDES, 2004, p. 4).

Nesse sentido julgamos ser a formação dos professores, de suma importância para se ter de fato a inclusão escolar, sendo de grande significância nos aprofundarmos a esse respeito.

Em conformidade,

A sala de aula, dependendo de como o professor a conduz, poderá ser um ambiente rico; o “problema” torna-se estímulo para o desenvolvimento, através da compensação social, criando-se condições para o “deficiente” apropriar-se da cultura. Nesse caso, devemos considerar as interações com o meio, com os recursos ou instrumentos externos que o sujeito utilizará para a compensação da deficiência. O professor deverá estar atento para não se prender às aparentes limitações do aluno, e compreender que as limitações podem estar na sua compreensão sobre a deficiência. Portanto, o professor deve conhecer seu aluno de forma integral, conhecendo as questões orgânicas, a história de vida do aluno, o contexto social em que está inserido, e dessa forma, verificar se está sendo possibilitado o processo de compensação. (MARTINS, 2006, p. 48).

As práticas pedagógicas são passíveis de transformações, dependendo das necessidades do aluno o professor deverá adequá-las para que se tenha por parte dos alunos uma melhor aquisição do conteúdo exposto em sala de aula. Em outras palavras, o corpo docente tem como uma de suas atribuições, promover o desenvolvimento das habilidades cognitivas dos alunos que tenha alguma necessidade específica, facilitando aos mesmos uma melhor percepção dos conteúdos e com isso uma aprendizagem mais eficaz. Nesse ponto de vista,

Escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social. (CÉSAR, 2003, p.111).

De fato, a inclusão escolar, para ser bem sucedida, anseia por um corpo docente qualificado, capacitado, caso contrário o mesmo será visto não como facilitador, mas como um tradicionalista, superado pela evolução das práticas pedagógicas. O professor deve acompanhar a evolução do ensino e as tendências facilitadoras da aprendizagem das crianças com necessidades.

Dissertando sobre a formação de professores para promover a educação de alunos com necessidades especiais, em consonância,

Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos nos vários níveis de ensino. A implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educacionais especiais, além da precariedade da infra-estrutura e de condições para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. O que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constitui em um sério problema na implantação de políticas desse tipo. (NASCIMENTO, 2009, p. 04-05).

A falta de conhecimento específico por parte dos professores, faz com que os mesmos sejam vistos como sendo de alto grau prejudicial à inclusão escolar. A formação dos professores precisa ser contínua, nessa formação os mesmos poderão reinventar-se e adquirir novas competências e habilidades, que serão muito úteis no cotidiano educacional, principalmente com referência à inclusão.

Nesse entendimento,

O professor recebe uma orientação inclusiva no curso de formação, este aprende a tratar seus alunos não apenas como um grupo, mas como indivíduos, pois as adversidades individuais não são vistas como obstáculos, mas sim como uma característica da pluralidade da humanidade. (DIAS, 2003, p. 15).

A formação continuada dos professores no âmbito da inclusão escolar, também pode se dar por meio de pesquisas bibliográficas; leituras de livros; revistas; documentários; filmes, etc. Devendo o professor sempre reservar um tempo para aprofundar-se acerca do assunto e com isso enriquecer sua atuação.

Outro ponto que precisa ser visto com cuidado é o ambiente educacional, pois se a lei determinar que ele seja inclusivo, sem, contudo, prover as condições para que de verdade ele seja, a lei vai continuar sendo perfeita no papel e um desastre para a escola e, principalmente para o aluno com uma necessidade educativa maior,

Um ambiente escolar inclusivo é entendido aqui como uma escola de qualidade para todos. Uma escola que não rotule e nem expulse alunos considerados como problema. E ainda, se suas dimensões físicas permitirem a acessibilidade com maior autonomia possível, em especial de alunos com deficiência se houver articulação entre as políticas públicas que garantam aos cidadãos o exercício de seu direito à educação, como um bem, enfim, se todos forem atores e autores.

Faz-se necessário, como destaca Beyer (2007, p. 84), que “o sistema da inclusão, a escola e o sistema educacional se reestruturam para receber o aluno com necessidades educativas especiais (*sic*)”. Pois, a inclusão não trata apenas dos deficientes, mas de todas as crianças que estejam excluídas das escolas e até da sociedade.

Neste sentido, é possível avaliar que é essencial um comprometimento de todos os profissionais do sistema de ensino, procurando soluções para esse problema, se necessário refazendo seu projeto político pedagógico, transformando suas práticas e tentando conhecer a realidades de cada aluno, ajudando-os a enfrentar e superar seus desafios com sucesso.

Coll (et al 2004, p.43) afirma que a participação da escola deve passar primeiramente pela transformação do currículo. “É preciso haver um currículo comum para todos os alunos que posteriormente deve ser adequado ao contexto social e cultural de cada escola e as necessidades diferentes de seus alunos”.

Dessa forma, para que haja mudanças é necessário que o currículo seja feito de acordo com as necessidades encontradas pelas escolas e pelos alunos, visando novas perspectivas nas quais os alunos aprendam com a diversidade, favorecendo assim, um crescimento educacional através do seu conhecimento individual.

O segundo passo é o comprometimento dos professores em buscarem novas práticas, proporcionando um ensino de qualidade para todos.

Outro fator importante é a liderança efetiva da escola, em seu estudo estabeleceu seis estratégias para impulsionar os processos de mudanças na escola. São elas:

1. Reforçar a tradição da escola; 2. Conseguir uma boa questão; 3. Incentivar o desenvolvimento dos docentes; 4. Formar uma conversação direta e frequente; 5. Partilhar com o poder e a responsabilidade; 6. Utilizar comparações e ritos para divulgar os valores culturais. (LEITHWOOD; TANTZ, 1990 apud COLL et al, 2004, p.45).

Neste contexto, essas táticas tem que afetar de maneira sólida a tradição da escola e seu compromisso com a mudança educativa, visando uma reforma nas normas, nos valores dos professores, refazendo os antigos exemplos de aprendizagem havendo também uma alteração na cultura com a participação da família, das comunidades e até da sociedade, a fim de buscar soluções para os empecilhos existentes.

Em ambas as circunstâncias, o que fica evidenciado é a necessidade de se redefinir e de se colocar em ação, novas alternativas e práticas pedagógicas, que favoreçam a todos os alunos, o que implica na atualização e desenvolvimento de conceitos e em aplicações educacionais compatíveis com esse grande desafio. Buscando conhecer um pouco mais as mudanças no contexto escolar.

### 3.3 A ESCRITA DE SINAIS NA PRÁTICA DOCENTE: um resumo do seu percurso até o curso de Letras-Libras

Os problemas da pessoa surda, diferentemente das outras deficiências físicas não está na aparência, mas na necessidade de se comunicar. Essa específica característica traz muitos problemas ao seu cotidiano e seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social acaba por ser prejudicado. (CHAVEIRO, 2014). É por essa razão que baseado no que diz a Constituição, é preciso fazer valer a educação para todos. Nesse sentido, sistema educacional como um todo, deve estar atento as

teorias e metodologias de ensino que atenda a todas as necessidades da sala de aula. Portanto, quanto o tema passar por metodologias de ensino a Escrita de Sinais não pode ficar fora, ou ser tratada como um projeto a parte.

Historicamente a educação dos surdos é entrelaçada por muitas dificuldades, mas a utilização e normatização da língua escrita parece ser o grande problema. Enquanto população pertencente a essa parte é difícil aceitar a classificação de iletrado. Assim sendo, o surdo não conhecer a realidade oral da língua portuguesa é, para a comunidade surda esse é mais um equívoco do sistema. “[...] é preciso considerar que esse desconhecimento não se deve a questões individuais, pois no Brasil a grande maioria dos surdos adultos não domina a língua portuguesa”. (GUARINELLO; BERBERIAN. 2007, p. 2).

Nesse contexto, a língua de sinais é a língua compreensível para o surdo, porque ela não impõe a ele obstáculos sensoriais podendo ser aprendida em qualquer ambiente que tenha a mínima condição de aprendizagem ou convivência com quem a domine. (SILVA; BOLSANELLO, 2014). Assim, tudo que se refere a língua de sinais e aí inclui-se sua escrita está e deve ser aliada a cultura surda. Esta por sua vez,

[...] remete à identidade do sujeito que convive, quase sempre, com as duas comunidades (surda e ouvinte). Nesse contexto, importa analisar o modo como os sujeitos inseridos em escolas bilíngues se narram como sujeitos da comunidade surda. Assim, o papel do professor surdo e da língua de sinais no ambiente escolar é essencial para que haja construção da identidade surda e, conseqüentemente, para chegarmos a uma educação eficiente. (GESUELI, 2006, p. 4).

Principalmente, porque às vezes, é somente por meio desses dois processos que a condição bilíngue do surdo se constrói e se revela. O problema é que a lentidão do sistema educacional acaba por dificultar o seu desenvolvimento de maneira mais ampla. Ressalte-se que sempre que se lê alguma coisa sobre essa questão, existe o destaque: seu desenvolvimento está em fase inicial no Brasil, concentrando-se principalmente em pesquisas de instituições de ensino superior.

## **4 ALGUMAS REPRESENTAÇÕES SOBRE A ESCRITA DE SINAIS**

### **4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: entrevistas semi dirigidas**

De acordo com o objetivo proposto para esse trabalho, analisar refletir práticas docentes na trajetória do processo de educação dos surdos, descreve-se a metodologia que foi utilizada para a efetivação dessa pesquisa. Dentro desse contexto, optou-se por seguir Gil (2010). De acordo com ele escolheu-se como metodologia o modelo de pesquisa de base exploratória. O objetivo foi um entrosamento com o problema tendo em vista deixá-lo mais claro. Nesse sentido, além do levantamento bibliográfico, foram realizadas entrevistas com 5 professores com vivência no problema investigado.

A coleta de dados se deu de forma dedutiva, visto que o estudo buscou compreender em que medida a prática docente possibilita o direito de uma educação bilíngue e a aprendizagem através da língua de sinais para o aluno surdo? Essa questão revelou-se como sendo a grande interrogação dos professores desde os anos iniciais do ensino. Ressalte-se que não houve uma escola definida uma vez que a pretensão era coletar diversas experiências.

Thiollent (2008 apud GIL, 2010), discorrendo sobre a tipologia de pesquisa aqui realizada, afirma que é através do uso desse método ou estratégia, a qual junta várias técnicas, que se pode obter o estabelecimento de uma estrutura coletiva, participativa e ativa, assim sendo, é bem mais eficiente para a captura da informação. Esse pensamento corresponde ao que se propõe neste trabalho, uma vez que a ideia é investigar nos participantes a estreita relação com o problema e através dela compreender como pode se dá a sua resolução ou minimização.

Ainda segundo o autor, por esse caminho é possível estudar o problema de modo dinâmico, assim como tudo que o envolve. Nessa perspectiva, os aspectos metodológicos para o estudo procuraram verificar como os professores é a prática da escrita de sinais.

A coleta de dados teve base essencialmente na aplicação de questionários para se informar e reconhecer a existência ou não da prática pedagógica que contemple o uso da Libras, assim como a investigação de como seus sujeitos lidam com essa realidade. As informações colhidas e a seguir apresentadas, aparecem em recorte para melhor confronto.

Os questionários, impressos foram compostos por perguntas abertas e disponibilizado para os professores participantes. E, de acordo a proposta inicial se processou com professores com experiência de ensinar a alunos surdos.

O que se pretendeu foi focar principalmente na obtenção de ideias, motivações e propostas para o uso adequado ou não da língua de sinais. Para que seja algo mais aprofundado, os recortes da pesquisa procuraram destacar as ideias centrais dos entrevistados, no texto, estes aparecerão em separado, identificados pela letra “P” sendo o número que acompanha a letra o diferenciador dos sujeitos pesquisados.

Análise dos resultados das entrevistas que compõem a parte qualitativa da pesquisa foi feita utilizando o método de análise de conteúdo, primeiro pela leitura e compreensão do referencial teórico, visto que é preciso base para realizar a análise dos dados e, depois, pela exploração do material coletado nas entrevistas, a fim de identificar as lacunas existentes nos discursos dos indivíduos e o observado, atentando sempre para a problemática.

Feito isso, o capítulo se encerra com uma discussão dos resultados que foram coletados.

## 4.2 A NARRATIVA DOS INVESTIGADOS

A opção por realizar entrevistas com docentes a respeito da utilização da Escrita de Sinais em espaços escolares sem, contudo, definir uma única instituição, foi justamente para identificar como, metodologicamente se dá o planejamento de atividades e, principalmente conhecer as intencionalidades pedagógicas no trabalho de cada um dos entrevistados.

A primeira pergunta da entrevista, constatou que a formação dos entrevistados, 4 professoras e um professor, dois são graduados em Pedagogia, 2 Letras/Libras e 1 não informou. Quanto ao nível de pós graduação. 2 são especialistas em Libras, 1 mestre em Educação e dois não informaram.

No que se refere ao tempo de atuação na educação de surdos a experiência dos entrevistados existe diferença no tempo de trabalho no grupo de professores pesquisados. A professora que há mais tempo atua na educação de surdos tem 14 anos de trabalho docente, enquanto a com menos tempo na educação de surdos está trabalhando há 6 anos. Contudo, essa informação não ficou precisa, visto que uma

delas não forneceu esse dado. Além dessas informações gerais, a maioria tem mais de uma graduação e/ou especialização.

A segunda pergunta investigou como os entrevistados conheceram a Escrita de Sinais? Para esta, obteve-se as seguintes respostas: 4 disseram que foi estudando na graduação 1 em cursos na associação de surdos.

Analisando essas duas perguntas, tem-se que pela formação e tempo de atuação quase nada é revelado e espera-se que sendo essa proposta feita de perguntas abertas, os entrevistados não se furtem a fornecer experiências de seu cotidiano pedagógico.

A terceira questão já se reporta um pouco mais a prática docente, ela questiona: De que forma a Escrita de Sinais está inserida na sua prática docente? Em sequência, obteve-se:

*P1 “Procuro mostrar aos estudantes que existe um registro da língua, assim como a língua portuguesa. Que o registro é necessário para qualquer pessoa ler. **Sempre que ensino um sinal, procuro mostrar a sua escrita.**”*

*P2 “Através de jogos didáticos.”*

*P3 “Confesso que a escrita de sianis é um grande desafio e, **no momento não trabalho com a ES.**”*

*P4 “**Uso-a constantemente e continuamente,**” ensinando a escrita a cada a cada sinal novo, seja para alunos surdos ou ouvintes*

*P5 durante minhas aulas e atuações a “**ES sempre está presente para a aprendizagem da sociedade em geral.**” (reprodução das respostas – grifo nosso).*

Diante do espaço dado para que os docentes trouxessem suas falas pessoais, ficou destacado que há uma preocupação em favorecer a ampliação do vocabulário e dessa maneira, permitir que o surdo adquira conceitos e possa usá-los para demonstrar sua maneira de pensar e ver o mundo. Pois, com exceção ao P3 que no momento não atua na área, usam e se preocupam com o desenvolvimento do seu aluno.

A quarta questão se propôs a saber como é estabelecida a relação entre os alunos, a ES e as demais matérias? Para essa, responderam:

*P1 **A medida que os alunos aprendem a ES, eles conseguem relacionar com todos os temas.***

*P2 Libras, as relações são estabelecidas, como língua de aprendizagem dos sujeitos surdos, **ela é suficiente para produzir conhecimento em qualquer disciplina,** no aprendizado da Língua portuguesa e na escrita de sinais.*

*P3 Os alunos tem contato coma ES de forma ainda introdutória nos atendimentos de Libras e em algumas Disciplinas.*

*P4 Ensino Biologia para surdos. Todos os termos que ensino sinalizando, também **ensino escrevendo**.*

*P5 **Essa relação acontece de forma natural** passando por uma experiência e prática da mesma. (reprodução das respostas – grifo nosso).*

Nesse contexto de respostas, destaca-se as respostas dos professores P1, P2 e P5, porque suas respostas remetem ao conceito de autonomia, e a aquisição da autonomia no processo de leitura e escrita é para todo aluno o passaporte para sua cidadania. Tal aquisição adquire maior importância se esse aluno é surdo e está aprendendo ao mesmo tempo em duas línguas.

A quinta e a sexta questão tratam do bilinguismo. Pedido a opinião de cada entrevistado sobre o papel da ES para a produção de espaços bilíngues? Todos os entrevistados resumiram sua avaliação na palavra “importante”. Quando perguntados se acham que a ES ajuda a produzir uma educação bilíngue para surdos? Por quê?

Responderam:

*P1 Ao aprender a libras junto a ES os alunos são beneficiados, pois poderão analisar melhor a estrutura da L1, aprofundando assim o conhecimento da língua, mostrando a importância do português escrito.*

*P2 Sim, A proposta da educação bilíngue, deve fazer parte de todo processo educativo Libras e língua portuguesa. Então a escrita de uma língua visual pode contribuir para o aprendizado da língua portuguesa. Ao escrever em escrita de sinais o aluno pode fazer analogias e compreender melhor a língua do sistema de escrita da Língua Portuguesa.*

*P3 Contribui sim! Pois, a ES está relacionada a possibilidade do surdo escrever no seu próprio idioma.*

*P4 Sim, pois é uma maneira efetiva de registro de todos os parâmetros da Libras.*

*P5 **A ES ajuda ao surdo no entendimento e na expressão através da escrita favorecendo em uma comunicação mais completa.** (reprodução das respostas – grifo nosso).*

Todas as respostas foram significativas, porém destacou-se a resposta da P5 visto que o bilinguismo permite ao surdo conhecer, entender e utilizar conceitos que eram de difíceis compreensão o que possibilita além da formação de sua consciência mais autonomia na maneira de agir e ver o mundo.

A questão oito e nove também foram colocadas em bloco. Elas procuraram respectivamente saber: Qual o objetivo de ensinar Libras? E, qual a importância da Libras para os profissionais na área da educação?

As respostas para a questão oito:

*P1 Além de proporcionar a comunicação, ela ajuda a desenvolver aspectos sociais e emocionais. Ensinar libras é **proporcionar autonomia ao sujeito**.*

*P2 O meu objetivo ao ensinar Libras para meus alunos é a sua formação humana, é através da LS que o surdo interage na sociedade, constrói sua identidade e cidadania. Através da Libra os surdos **se desenvolvem e conquista sua independência.***

*P3 Comunicação, **autonomia**, conhecimento, emancipação dos educandos.*

*P4 Libras é a primeira língua dos surdos. Ensinar Libras **é ensinar cidadania.***

*P5 O objetivo do ensino de libras **é favorecer ao surdo e a sociedade uma comunicação acessível** e a difusão da língua. (reprodução das respostas – grifo nosso).*

Enquanto que para a questão nove obteve-se:

*P1 Toda, um professor que sabe libras ensina melhor, consegue compreender o aluno, passa a disciplina de forma mais pessoal, **ensinando verdadeiramente o aluno.***

*P2 **Imprescindível**, já é uma orientação legal, então os profissionais precisam sim essa formação de forma efetiva.*

*P3 **Promover, além da comunicação**, estratégias de ensino que tragam a Libras como L1, leva estabelecer o sujeito com a língua e a cultura do educando surdo.*

*P4 **É a comunicação**, como ensinar sem comunicar?!*

*P5 A Libras é uma língua de grande importância para o docente, pois é através dela que acontece a **troca de informação e conhecimento.** (reprodução das respostas – grifo nosso).*

Como apontado pelos entrevistados, a Libras é importante para o favorecimento da autonomia e da comunicação dos alunos surdos, pois quando se entende as diferenças linguísticas entre a Língua brasileira de sinais e a língua portuguesa a distância que os alunos sentem em relação a sua vivência diminui e lhe é proporcionado uma vida social mais igual. Assim sendo, pode-se dizer que os profissionais que dominam Libras são os grandes colaboradores para a existência de um ambiente escolar menos difícil para os alunos surdos.

A última questão, que estratégias podem ser utilizadas para o sucesso do processo de aprendizagem de uma sala de aula inclusiva?

Em resposta:

*P1 O professor precisa estar disposto a desenvolver estratégias diversificadas, sempre buscando com que toda a turma possa participar, sempre se envolvendo com o interesse dos alunos. O professor precisa fazer com que os estudantes interajam.*

*P2 A utilização de **estratégias visuais**. Para Campelo (2007), a semiótica imagética trata de um novo campo de estudo que explora a visualidade, no qual as questões visuais são mais exploradas. Através da visualidade os alunos compreendem de maneira clara e conseguem aprender.*

*P3 **Participação de projetos científicos, trabalhos em grupo, apresentações culturais, que estimulem a interação e a empatia.***

*P4 Integrar todos os alunos. Que todos possam interagir, trocar experiências e aprender mutuamente.*

*P5 Uma sala de aula mais inclusiva depende das estratégias, metodologia, materiais adaptados e acessibilidade, especialmente de profissionais com experiências na área e fluentes na língua. (reprodução das respostas – grifo nosso).*

Essa questão foi uma tentativa de fazer os entrevistados explicarem alguma metodologia que pudesse apontar caminhos menos tenso e mais afetivos no processo de ensinar e aprender dos alunos surdos. Como se percebe, apenas P2 e P3 deram um norte sobre como é o trabalho que desenvolvem. Destaca-se por fim, a importância dos espaços educacionais bilíngues para a constituição linguística e cultural dos alunos surdos.

#### 4.3 RESULTADOS

Os profissionais participantes da pesquisa possuem conhecimento em Libras, formação em diferentes áreas do conhecimento e a comum preocupação com a informação que o surdo recebe para contribuir na sua formação. Pode-se perceber que os mesmos buscam fazer com que a educação do surdo seja não apenas voltada para sua inclusão, mais também para a vida em sociedade.

Comparando as respostas obtidas pelos colaboradores desse estudo com a pesquisa teórica podemos perceber que a história da surdez pelo mundo é um incansável caminhar, e que as leis tiveram e tem um papel muito importante nas mudanças de pensamento e na entrada do surdo na escola regular.

Obviamente que a educação do surdo está longe de ser pelo menos próxima, do também falho sistema educacional, pelo menos naquilo que se refere ao ensino formal. Pensa-se que a lenta evolução do processo de educação da pessoa surda pode ter relação com a maneira que os investimentos são usados e não com o volume da verba disponibilizada para esse fim, visto que ele, o investimento existe, contudo, os resultados não chegam. É na Constituição Federal do Brasil onde tudo começa e se define, lá está estabelecido o direito à educação, para todos e, muitas outras vezes ela volta a esse ponto.

Sobre as respostas obtidas nos questionários, no geral, elas redefiniram e deram um norte para esse trabalho, inclusive foi preciso adequar a parte teórica, visto que as resposta dadas, obrigaram essa pesquisa a abrir mais uma porta para a compreensão da luta do surdo em busca de seu espaço social.

Percebeu-se que a objetividade das respostas dos pesquisados devido provavelmente as próprias perguntas elaboradas, dificultaram o trabalho investigativo, mas por outro lado, possibilitaram ver que não é uma especificidade da inclusão que precisa ser estudada, mas ela como um todo. E, principalmente, foi possível dimensionar o avanço da existência do curso Letra/Libras.

As questões oito e nove, atenderam ao tema desse trabalho. A escrita, concorda-se é para a língua de sinais, assim como para qualquer outra língua a representação da realidade.

Em conformidade,

[...] a escrita de qualquer língua é um sistema de representação, uma convenção da realidade extremamente sofisticada, que se constitui num conjunto de símbolos de segunda ordem, sejam línguas verbais ou de sinais. [...] sua importância, entretanto, é, sem sombra de dúvida um bem cultural com positivas implicações para o fortalecimento e a emancipação linguística do grupo minoritário surdo. (GESSER, 2009, p. 42-44).

A autora nesse comentário enfatiza a importância de se padronizar a escrita e enquanto surdo concorda-se que o registro é muito importante para a autonomia a existência de espaços bilíngues para a formação de alunos surdos.

Em linhas gerais, na pesquisa realizada destaca-se o importante papel do intérprete no contexto escolar pois dada a deficiência de conhecimento em educação especial e inclusão da maioria dos professores, ele acaba se tornando a principal forma de comunicação entre surdos e ouvintes e a interação de modo geral.

Na sala de aula, ele toma a função de intérprete e a ela cola a função de realmente ensinar aquilo que o surdo precisa saber para facilitar o entendimento do conteúdo e garantir seu aprendizado. Ou seja, o trabalho do intérprete de Língua de Sinais vai muito além de auxiliar na interpretação do que se passa na aula, Ele realiza a mediação entre o aluno e o conhecimento, tanto com a aprendizagem como em todas as questões que envolva o aluno na escola. Dessa maneira ele acaba por sendo a ponte entre a escola disponível e a escola que se deseja e que as leis estabelecem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto pesquisador, ter deficiência auditiva, querer ter e exercer uma profissão é um desafio que está muito além dos problemas do sistema de educação e das barreiras diárias que as pessoas com necessidades educativas especiais ou não, enfrentam sistematicamente. Foi nessa perspectiva que tentamos atingir o objetivo de analisar refletir práticas docentes na trajetória do processo de educação dos surdos. Diante do apresentado no capítulo quatro, considera-se que a meta foi alcançada, uma vez que conseguiu-se colocar os dados obtidos em confronto com a base teórica aqui apresentada.

Numa análise em separado dos dois contextos ambos têm problemas pontuais e comuns em qualquer região do país, contudo aqui a ênfase vai no difícil acesso a profissionais com boa formação em Libras. A ineficiência do ensino da Língua de Sinais, a ineficiência de materiais didáticos, as disputas entre surdos e ouvintes pela atenção da docência, a falta de conhecimento dos envolvidos no ambiente de ensino e, conseqüentemente, a pouca assistência para surdos, são alguns dos muitos problemas que atrasam e deixa a desejar a prática docente.

Voltando a atenção para a educação dos surdos nos deparamos com a situação em que, alunos surdos têm o direito diminuído. Do ponto de vista pessoal, social e educacional este problema está diretamente ligado a falta de conhecimento sobre metodologias de ensino para surdos e do pouco número de profissionais que atuam nesta área. Ressalte-se que no papel, a base legal contempla o para todos. É na prática que a desigualdade fica visível.

Nesse sentido, formou-se a moldura do quadro sobre o tema que justificou essa pesquisa. Sabe-se que se faz necessário, estudos aprofundados a respeito do processo de ensino e aprendizagem pelo aluno surdo, e a ideia de basear-se em relatos de práticas pedagógicas em salas de aula com pessoas surdas, ajudou, porém alguns elos continuaram soltos. Comprovando a ideia de que entre a teoria e prática corre um rio de águas profundas, cuja a ponte para atravessá-lo e o interprete.

Esse estudo comprovou que são eles que fazem o avanço da aprendizagem e a mediação da socialização da pessoa surda, são eles que dão os primeiros passos para amenizar os problemas que principalmente professores enfrentam em seu cotidiano, uma vez que a formação ou trabalhos sistematizados para não só adequar,

mas preparar o docente para o exercício de seu trabalho de forma bilíngue ainda é precário.

No caso dessa pesquisa mais especificamente e para quem não conhece, a oralidade é um desafio para o surdo, assim como a escrita de sinais é para o ouvinte. mas para além disso, é importante questionar se os profissionais da categoria de ensino encontram-se aptos ou possuem algum tipo de conhecimento relacionado à língua de sinais, visto que, pelo lado do aluno surdo, já se sabe que com o auxílio da Libras ele sempre tem bom desempenho, compreensão no que se refere ao seu processo de aprender.

Portanto, cabe ao sistema educacional, além de incorporar a língua de sinais em seu sistema de ensino como elemento de inclusão para que ocorra a comunicação entre ouvintes e surdos, no caso específico dos surdos, propiciar o contato e o ensino da escrita de sinais como elemento inerente à sua comunidade e à sua cultura.

Espera-se que as políticas públicas pensem em estimular o conhecimento da Libras como segunda língua para o ouvinte e primeira língua para o surdo, via sistema educacional em todos os níveis de ensino e modalidades. Só dessa maneira se sensibilizará a sociedade para uma relação igualitária entre todos e extinção da discriminação com o surdo.

Por fim, o caminho até aqui aumentou a vontade da especialização nesse tema e, pode-se dizer que, para quem foi testado desde a infância esse será sim o caminho a ser seguido e mesmo sendo mais um grande desafio a expectativa é a de continuar as pesquisas nessa área.

## REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Ensaaios Pedagógicos**. Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005. Regulamentada a **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de dez. 2005. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm) > Acesso em 13de AGO. 2023.

\_\_\_\_\_, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm) > Acesso em: 13de AGO. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. <http://portal.mec.gov.br> Acesso em 13 de AGO. 2023.

CÉSAR, M. A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. In D. Rodrigues (org.), **Perspectivas sobre a Inclusão**. Da Educação à Sociedade. Porto: Porto Editora, 2003.

CHAVEIRO et al. **Qualidade de vida dos surdos que se comunicam pela língua de sinais**: revisão integrativa. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 18, nº 48, p. 101-114, 2014.

COLL, Cesar; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

DIAS, Elaine. **A importância do lúdico no processo de ensino/aprendizagem na Educação Infantil**. Artigo 16p. Disponível em: <<http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2013/12/09/outros/2774a576f536917a99a29a6ec671de86.pdf>> acesso em 20 ago. 2023.

GESSER, A. **Libras? que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GESUELI, Zilda Maria. **Lingua(gem) e identidade**: a surdez em questão. Educ. Soc., Campinas, v. 27, nº 94, p. 277-292, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDFELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Pexus, 1997

GUARINELLO, Ana Cristina; MASSI, Giselle; BERBERIAN, Ana Paula. Surdez e linguagem escrita: um estudo de caso. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 13, nº 2, p. 205-218, 2007.

LOPES, L. B. **Emergência dos Estudos Surdos em Educação no Brasil**. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MARTINS, Lucia de Araújo Ramos et all. **Inclusão**. Compartilhando saberes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MONTEIRO, Myrna Salerno. **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da LIBRAS no Brasil**. Educação Temática Digital, v. 7, n. 2, p. 292-305, 2006.

NASCIMENTO, R. P. do. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>>. Acesso em: 30 Ago. 2023.

RICOY, Lucyene (organizadora). Inclusão Social. [RESENHA, blog] **BLOG INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS PORTADORAS N.E** Maio de 2009 Disponível em: <http://aulatecnologiaeducacao.blogspot.com/> Acesso em: 30 Ago. 2023.

SILVA, Tânia dos Santos Alvarez da; BOLSANELLO, Maria Augusta. **Atribuição de significado à escrita por crianças surdas usuárias de língua de sinais**. Educ. Rev., nº 2, p. 129-142, 2014.

SOARES, Maria Aparecida leite. **A Educação do Surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, EDUSF, 1999.

STROBEL, Kain. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

STUMPF, Mariane Rossi. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting**: língua de sinais no papel e no computador. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

VELTRONE, Aline Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. Diretrizes e desafios na formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar. In: **CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA DE EDUCADORES**, IX., 2007, São Paulo. Comunicação científica... São Paulo: UNESP, 2007. p. 2-

## **ANEXOS**

## **ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO**

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) participar da pesquisa Escrita da Língua de

Sinais e a Educação de Surdos. Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso junto à Universidade \_\_\_\_\_

### **DOS OBJETIVOS DA PESQUISA**

O objetivo geral da pesquisa é analisar como a Escrita da Língua de Sinais (ES) é utilizada pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental na educação de surdos. Como objetivos específicos destaco:

- Identificar como a ES está inserida na prática docente dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental na educação de surdos;
- Analisar a relação entre os alunos, a ES e as demais matérias a partir das entrevistas dos professores;
- Discutir sobre a necessidade da utilização da ES em ambientes escolares.

### **GARANTIA DE ESCLARECIMENTO E LIBERDADE DE RECUSA**

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para

recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e muito importante.

### **DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE**

Eu, \_\_\_\_\_ fui informada(o) dos objetivos dessa pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão, se assim o desejar. Em caso de dúvidas, poderei chamar a estudante/pesquisadora \_\_\_\_\_ no e-mail \_\_\_\_\_, no WhatsApp \_\_\_\_\_ ou a professora orientadora \_\_\_\_\_ no e-mail \_\_\_\_\_. Gostaria que minha identidade fosse preservada e que fosse usado um nome fictício. Declaro que concordo em participar deste estudo, e esclareço, que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante:

## **ANEXO B – INSTRUMENTO DE PESQUISA**

### **QUESTÕES**

- 1 Qual o seu nome, a formação, há quanto tempo atua na educação e desses quanto com surdos?
- 2 Como você conheceu a ES?
- 3 De que forma a ES está inserida na sua prática docente?
- 4 Como é estabelecida a relação entre os alunos, a ES e as demais matérias?
- 5 Na sua opinião, qual o papel da ES para a produção de espaços bilíngues?
- 6 Você acha que a ES ajuda a produzir uma educação bilíngue para surdos? Por quê?
- 7 Que recursos ou metodologias podem ser utilizadas em sala de aula com a pessoa surda?
- 8 Qual o objetivo de ensinar Libras?
- 9 Qual a importância da Libras para os profissionais na área da educação?
- 10 Que estratégias podem ser utilizadas para o sucesso do processo de aprendizagem de uma sala de aula inclusiva?